

O PARTIDO CONSERVADOR E OS *GABINETES FINANCEIROS* DO BRASIL IMPÉRIO (1857-1861)

*Eduardo José Neves Santos**

Mestrando em História Econômica (UNICAMP)

eduardo-neves@outlook.com.br

Resumo

Este artigo objetiva analisar o desempenho dos membros do Partido Conservador nos *gabinetes financeiros* (1857-1861) do Império. Acreditamos que este período foi determinante para acentuar as discordâncias no seio desta legenda, colaborando com o argumento de que a ruptura de importantes nomes com as lideranças do partido, fracionado entre *puros* e *moderados*, se deu em benefício de um grupo político que se formatava no Parlamento, conhecido na época como Liga Progressista.

Palavras-Chave: Conciliação; Finanças Públicas; Partido Conservador; Política; Império.

The Conservative Party and the *financial cabinets* of Imperial Brazil (1857-1861)

Abstract

This paper aims to analyze the performance of Conservative Party members in the empire's *financial cabinets* (1857-1861). We believe that this period was decisive in accentuating the disagreements within this party, collaborating with the argument that the rupture of important names with the leaders of the party, divided between *pure* and *moderate*, came to the advantage of the political group that was formed in the Parliament, known at the time as Progressive League.

Keywords: Conciliation; Public finances; Conservative Party; Politics; Empire.

* Mestrando em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), graduado em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail: eduardo-neves@outlook.com.br



O Partido Conservador E Os Gabinetes Financeiros Do Brasil Império (1857-1861) – Eduardo José Neves Santos

Introdução

Em *Um Estadista do Império* (1899), Joaquim Nabuco classifica os ministérios constituídos após a Conciliação como *gabinetes financeiros*, sugerindo os sucessivos encaminhamentos de projetos de finanças públicas como característica basilar da política conservadora adotada entre a administração Olinda (gabinete 4 de maio de 1857) e a de Caxias-Paranhos (gabinete 2 de março de 1861). Ao longo destes ministérios, além de assistir-se ao distanciamento progressivo dos ideais “conciliatórios”, observa-se o acirramento das rivalidades no interior do Partido do Conservador, evidenciando que mesmo no poder, sofria com distintos posicionamentos de seu contingente acerca das “questões de dinheiro”.

Nesta esteira, este artigo objetiva demonstrar como a política financeira destes gabinetes foi determinante para acentuar as discordâncias no seio do grupo conservador, colaborando com a ruptura de importantes nomes com as lideranças do partido, fracionado entre *puros* e *moderados*. Do mesmo modo, pretende-se salientar como estes desencontros se deram em benefício da constituição de uma fração partidária, chamada na época de Liga Progressista, formada por liberais e dissidentes *moderados*.

Herdeiros da Conciliação

Parece-nos consensual que o Partido Conservador desde a Revolução Praieira sofreu com as divergências de seus dirigentes, especialmente, no que se refere a administração do Estado. Como bem demonstra Izabel Andrade Marson (1980; 1987; 2015), os acontecimentos da província de Pernambuco conferiram aos conservadores os resultados necessários para que se assentassem no poder e pudessem comandar, ao convite do imperador, uma política dita “conciliatória” caracterizada pela prática repressiva encoberta pelo lema da “pacificação”.

Este processo constrangedor a que haviam sido submetidos viabilizaria a ascensão do Gabinete e implemento da ‘Política de Conciliação’, inaugurados pouco tempo depois, em 1853, justamente por políticos e magistrados conservadores, Honório Hermeto, o presidente que aplicara o castigo exemplar e Nabuco de Araújo, o juiz que o havia arquitetado. (Marson, 2005, p.198).



O Partido Conservador E Os Gabinetes Financeiros Do Brasil Império (1857-1861) – Eduardo José Neves Santos

No entanto, este crescente poder conquistado desde a demissão do liberal Francisco de Paula Souza (gabinete 31 de maio de 1848), não significou a manutenção da unidade do partido na gerência da máquina pública, salientando em que pontos os interesses particulares de seus membros se sobrepunham a estabilidade da legenda. A este exemplo, Bruno Fabris Estefanes argumenta que “a revolta de 1848-1849 e a progressiva participação de Pedro II na tentativa de acabar com as rixas partidárias, cobrando justamente uma reforma eleitoral, dividiu os políticos e até mesmo o coeso grupo dos saquaremas acabou cindido”. (Estefanes, 2010, p.137) Robustecendo este argumento, Pedro Gustavo Aubert (2011, p.23-24), discorre que no desenvolvimento da Praieira as dissensões no Partido Conservador se evidenciaram, principalmente, no tocante as negociações de rendição de revoltosos. Retomando a argumentação de Estefanes, o historiador demonstra que as missivas de Paraná apontam para sua insatisfação com o gabinete, especialmente por não estar a par das transações que se operavam sob o intermédio do presidente da Bahia, Francisco Gonçalves Martins.

Se a Praieira deu indícios dos desalinhaves no seio do Partido Conservador, a política de Conciliação executada por Honório Hermeto Carneiro Leão marcou sua divisão, mesmo que com um Câmara minoritariamente constituída de liberais. Nos termos de Francisco Iglésias, “Paraná era o político mais forte para o país. Tinha gosto da administração, sabia dominar os homens, era um dirigente nato”. (Iglésias, 2004, p.55) Seria ele o responsável pela função “conciliatória” ansiada pelo monarca e por colocar fim a dissidências que assolavam seu partido, tarefa que tentou desempenhar por quase três anos. Com a sua morte em 1856, os que o sucederam no Conselho organizaram gabinetes sob a bandeira da Conciliação, anunciando que dariam prosseguimento a moderação partidária, congregando nas pastas ministeriais políticos das duas orientações, liberais e conservadores.

O primeiro a assumir o cargo foi Caxias (gabinete 3 de setembro de 1856), logo substituído por Olinda (gabinete 4 de maio de 1857), que de pronto despertou incredulidade de seus próprios correligionários, visto que não creditaram confiança no ministério “pela presença de Souza Franco e Jerônimo Francisco Coelho, enquanto os antigos adeptos da política de conciliação de Paraná tem dúvidas pelo combate violento de Olinda à antiga política”. (Iglésias, 2004, p.78). Ao que tudo indica, a questão que pautava a vitalidade dos gabinetes era a capacidade de seu presidente dar prosseguimento a Conciliação, mantendo a aparência moderada em suas ações – o que afagava os ânimos



O Partido Conservador E Os Gabinetes Financeiros Do Brasil Império (1857-1861) – Eduardo José Neves Santos

parlamentares – e conservando em seu quadro ministerial a primazia do elemento conservador sobre o liberal. Não obstante, esta posição não era unanimidade e paulatinamente encontrou oposição no partido, em especial na ala conciliada, fazendo com que os desacordos sobre o prosseguimento ou não da Conciliação se apresentassem com clareza nos debates da Câmara dos Deputados.

Em 19 de julho de 1858 entrava em segunda discussão o projeto do orçamento do Império referente ao exercício 1859-1860. Nesta oportunidade, a tentativa de prolongamento da política “conciliatória” do gabinete Olinda foi duramente criticada por um partidário, Nebias, que apontou divergências políticas entre os membros do ministério e uma tentativa de retorno ao exclusivismo dos partidos.

O Sr. Nebias: [...] Se do ministério desço para diversos membros que compõem a maioria que o sustenta, vejo a mesma divergência, os mesmos protestos. Quando o honrado Sr. ministro da marinha protestava em uma das sessões passadas que conservava-se sempre conservador, o ilustre deputado por Vassouras declarava como em represália, e de modo significativo, que sempre seria também liberal.

O Sr. Martinho Campos: - Sempre fui, sou, e hei de ser.

O Sr. Nebias: - Assim, pois, me parece que não é possível dar-se entre religiões tão diferentes o casamento misto (*Risadas*).

[...] Os nobres deputados tenham a bondade de ouvir-me; depois tirem as conclusões. Se eu considero as manifestações especiais de alguns Srs. Ministros, ainda temo que a conciliação seja uma falsa bandeira. Não há muito tempo que o nobre Sr. ministro da justiça disse no senado, creio que parodiando até as palavras do Sr. Thiers: - Quem não está conosco é contra nós - ... (Brasil, 1858, p.188).

A insinuação de Nebias de que a política de Conciliação já não assentava mais as decisões do gabinete não foi bem vista pelos ministerialistas, que de pronto interpelaram o orador com uma série de apartes. Para ele, o ministério havia concedido muitos privilégios “as hosanas dos seus amigos”, distanciando-se dos ideais da verdadeira Conciliação e administrando em causa própria. Se na Câmara, a oposição começava a aparecer, na imprensa o *Diário do Rio de Janeiro* propunha sua retirada e evocava a agilidade do imperador em resolver a questão, que em sua acepção se alongara demasiadamente. Em seus termos: “Qual é, pois, a ideia do gabinete atual? Como não compreende que há muito soou a hora em que deve o país libertar dessa pesada e estéril direção que ele lhe dá?” (DRJ, 1858). O periódico prossegue, e sugere ainda conflitos no interior do próprio ministério: “O Sr. ministro da guerra insiste pela sua demissão, mas



O Partido Conservador E Os Gabinetes Financeiros Do Brasil Império (1857-1861) – Eduardo José Neves Santos

seus colegas, vendo nessa retirada uma inevitável queda, o forçam a continuar num cargo que tanto vexa e incomoda a S. Ex”. (DRJ, 1858).

Como se nota, as discordâncias entre os conservadores se sobressaíram em 1858 e em certa medida dificultaram a administração Olinda, que era vista sob suspeição. Este cenário de incertezas, contrariava o desejo do imperador expresso na *Fala do Trono* daquele ano, onde lia-se que “Graças ao Todo Poderoso, o Império tem gozado de paz e tranquilidade. O espírito de concórdia e moderação, que tem presidido a política do meu governo, continua a produzir salutares efeitos”. (Brasil, 1899, p.521) Todavia, apesar do otimismo do monarca, seriam justamente as dissonâncias evocadas no Parlamento e retratadas na imprensa que levariam a retirada do gabinete em dezembro. (Iglésias, 2004, p.88).

Política e finanças no Partido Conservador

Em substituição a Olinda, o “convertido” conservador Antônio Paulino Limpo de Abreu, visconde de Abaeté, foi convidado a compor o ministério (12 de dezembro de 1858). As principais questões de sua administração se relacionavam ao interregno financeiro, como a autorização da “emissão bancária (42.036:00\$ em 1857), com a pluralidade emissora, levada a cabo pelo ministro da Fazenda de Olinda (4 de maio de 1857 a 12 de dezembro de 1858), Souza Franco” (Faoro, 2012, p.489), que ansiava atender à crescente demanda por dinheiro.

Segundo Carlos Gabriel Guimarães, a política emissionista de Bernardo de Souza Franco “coincidiu com a crise econômica mundial de 1857. A notícia da retomada das exportações russas de cereais, que eclodiu em Nova York com uma espetacular queda dos preços, repercutiu em cadeia pela Europa Ocidental atingindo bancos e bolsas”. (Guimarães, 2002, p.304). Como as condições econômicas que Olinda deixara a Abaeté não eram as melhores, no tocante a governabilidade não foi diferente, deixando muitos políticos receosos com a estabilidade do novo gabinete. Assim, poucos meses após assumir a presidência do Conselho, além de entrever as finanças públicas, Limpo de Abreu teve que lidar com baixas nos governos provinciais, a exemplo do pedido de demissão de quatro presidentes de províncias e as dificuldades nas nomeações de cargos estratégicos a sua administração.



O Partido Conservador E Os Gabinetes Financeiros Do Brasil Império (1857-1861) – Eduardo José Neves Santos

Apesar de uma perda progressiva de prestígio, a ação deste ministério foi a de colocar em andamento alterações na política econômica desempenhada por Olinda, agora sob a figura do novo ministro da fazenda, Sales Torres Homem. Como discorre Sérgio Buarque de Holanda, “tinha Sales ideias próprias sobre a questão financeira, que se opunham em tudo a às de Souza Franco, e deixou transparece-las nas críticas que da tribuna lhe dirige”. (Holanda, 2010, p.64). O novo ministro, era ex-liberal e, também “convertido” ao conservadorismo. Principal opositor de Souza Franco, era defensor do monometalismo e da centralização bancária. Neste sentido, a principal medida proposta foi a reforma bancária, projeto de lei nº 50, apresentado à Câmara em 15 de junho de 1859, que “reafirmava os postulados do padrão-ouro e insistia no retorno do monopólio de emissão do Banco do Brasil”. (Guimarães, 2012, p.194).

Levada a plenário para primeira discussão em 8 de junho, os debates se alongaram, principalmente entre os que foram beneficiados pela política econômica de Olinda, a exemplo do barão de Mauá, que agora via prejuízo aos seus negócios em franca ascensão, posto que “a partir da década de 1850, além da atividade industrial, a ação de Irineu Evangelista de Souza foi guiada pelo binômio banco-serviços”. (Momesso, 2017, p.30). Sua amizade com o antigo ministro Souza Franco, com quem partilhava a ideia de que “somente a proliferação de bancos emissores facilitaria o crédito a longo prazo, canalizando os recursos ociosos do setor produtivo” (Guimarães, 2002, p.304) agora não era bem vista por uma parcela dos deputados.

Assim, um dos principais fatores a incendiar as discussões no Parlamento foi a do papel do poder Legislativo na aprovação dos bancos de emissão. Sales Torres havia firmado “o princípio de que só ao legislativo competia autorizar novos bancos emissores ou prorrogar o prazo dado àqueles que já existissem, enquanto a lei não marcasse regras que o executivo deveria seguir no exercício dessa faculdade”. (Holanda, 2010, p.64). Nesta lógica, múltiplos entendimentos sobre a fala do ministro figuraram no plenário, indicando como os diferentes grupos de deputados se dividiam acerca do caminho das finanças públicas. A este exemplo, a insinuação do conservador Teixeira Júnior assinala pejorativamente a aproximação de Mauá com Souza Franco e as vantagens que havia recebido com a política econômica adotada pelo antigo ministro da Fazenda.

O Sr. Teixeira Júnior: [...] – Voto pelo projeto, porque vedando ao poder executivo a prática abusiva de prodigalizar a faculdade de emissão...



O Partido Conservador E Os Gabinetes Financeiros Do Brasil Império (1857-1861) –

Eduardo José Neves Santos

O Sr. Carrão: – O poder executivo está no seu direito procedendo assim.

O Sr. Teixeira Júnior: – Está no seu direito?

O Sr. Carrão: – Sim, senhor, porque o poder legislativo autorizou isso pelo seu silêncio.

O Sr. Barão de Mauá: – Abra o código do comércio.

O Sr. Teixeira Júnior: – É justamente no código do comércio que se fundou o chefe da escola a que pertencem os nobres deputados para proibir o uso desse pretendido direito: é na constituição política que o Sr. conselheiro Souza Franco se baseou para demonstrar que a provação de bancos de emissão só pode ser dada pelo poder legislativo. (*Apoiados*). (Brasil, 1859, p.74).

Apesar das tentativas de engavetar o projeto do governo, a matéria foi a votação nominal no fim desta sessão, sagrando-se aprovada por uma diferença de apenas onze votos, 61 a 50, que não contou, por exemplo, com o apoio dos conservadores Saraiva e Sá e Albuquerque que votaram com os liberais, demonstrando certa inabilidade do gabinete no encaminhamento de propostas polêmicas. Com perda de confiança por parte de seus pares, o prosseguimento do ministério tornou-se insustentável, fazendo com que seus membros pedissem demissão antes de uma contestação no Parlamento. (Holanda, 2010, p.65).

Assumiu a presidência do Conselho, Ângelo Moniz da Silva Ferraz, que observando a tendência a fragmentação dos conservadores, procurou reestabelecer sem êxito os laços entre as distintas frações do partido. Figura conhecida pela oposição ferrenha feita ao marquês de Paraná, mas abrandada com a conquista de vaga no Senado, ainda que polêmico sua notabilidade o credenciou para função “quando os grandes nomes do Partido Conservador estavam gastos ou não se dispunham a aceitar a incumbência”. (Iglésias, 2004, p.95). Foi em seu gabinete (10 de agosto de 1859), porém, que a arquitetura da Liga Progressista passou a se estruturar no dividido quadro conservador, que fragilizado, começou a sofrer baixas em proveito do grupo partidário que se formatava.

A direção de governo de Ferraz demonstrou com clareza as fissuras na unidade do partido e permitiu que a realidade provincial atingisse as condições necessárias para se dimensionar na esfera nacional em 1860. Este ano seria marcado pela primeira eleição a se valer da *2ª Lei dos Círculos*, que aumentava o quantitativo de deputados gerais de



O Partido Conservador E Os Gabinetes Financeiros Do Brasil Império (1857-1861) – Eduardo José Neves Santos

118 para 122 e dividia as províncias em distritos eleitorais de três deputados.¹ Com a nova situação, as questões políticas prefiguraram em âmbito regional, despertando a mobilização em arregimentar forças provinciais responsáveis pela sustentação dos dirigentes partidários, encarregados de representar os interesses e pretensões de industriais e grandes proprietários na Corte.

A política seguida pelo ministério, visou então, o reagrupamento dos diferentes grupos, tendo em vista a aproximação do pleito e a manutenção dos conservadores no poder. Todavia, com legislação financeira de forte impacto no cenário comercial do Império seus planos foram colocados por terra, acentuando ainda mais as dissidências. A crise desencadeada pelo gabinete iniciou-se cerca de um mês após Ferraz assumir o posto, quando uma série de decretos que afetavam os estabelecimentos bancários foram lançados. Entre as normativas empregadas, destaca-se o decreto nº 2490 de 30 de setembro, que regulava “a fiscalização e arrecadação do selo, que estavam sujeitos o capital das companhias e sociedades anônimas, como também as transferências de suas ações, notas promissórias, bilhetes, vales, obrigações e cautelas”. (Guimarães, 2012, p.197).

Como nota-se, a situação bancária era complexa e inspirava cuidados por parte da administração imperial, o que não escapou à visão dos parlamentares conservadores que eram contrários a política econômica desempenhada pelo ministério. Iglésias (2004, p.100) argumenta que a tentativa de unificação desempenhada por Ferraz era apenas aparente, fazendo das divergências intrapartidárias combustível para reascender a oposição dos liberais, que com apoio de importantes centros urbanos como São Paulo, Rio de Janeiro e Ouro Preto, se manifestavam por uma política financeira menos restritiva. Nos termos de Nabuco:

Aparentemente Ferraz tinha unido o partido Conservador e extremado o Liberal que se insinuava nas suas fileiras, que grande resultado não era esse! Mas para quem observava bem os acontecimentos, ao passo que a ressurreição do antigo liberalismo era visível e certa, a união conservadora era superficial e ilusória. O Gabinete não tinha senão aprofundado a separação do Partido Conservador; este iria às urnas sob a bandeira ministerial, mas para aparecer na futura Câmara cindido em duas frações, uma das quais seria o núcleo do novo partido. (Nabuco, 1899, p.73)

¹ Cf. decreto 1082 de 18 de agosto de 1860.



O Partido Conservador E Os Gabinetes Financeiros Do Brasil Império (1857-1861) – Eduardo José Neves Santos

Como os decretos não agradaram a importantes setores conservadores, a promulgação da Lei nº 1083 de 22 de agosto de 1860 piorou as condições de sobrevivência do ministério. Conhecida como *Lei de Entraves*, “autorizou o funcionamento de bancos emissores exigindo a obrigatoriedade da conversão das suas notas em ouro (em moeda ou barras); definiu o limite da emissão até o dobro disponível” (Souza, 2014, p.596) e impôs “maior rigor para a constituição de sociedades anônimas, que, além de dependerem da autorização do Governo, passaram a depender também do Conselho de Estado”. (Guimarães, 2002, p.305)

De acordo com Raymundo Faoro, o resultado foi a retração do papel moeda e “a diminuição do valor global, sem que, em 1862, dois bancos do Rio de Janeiro pudessem realizar o troco das notas em ouro, resultando daí, com a fusão ao estabelecimento oficial, o quarto Banco do Brasil, *de fato* o único emissor” (Faoro, 2012, p.490), o que provocou a contratura do mercado financeiro e acarretou a falência de algumas empresas. Como destaca Carlos Gabriel Guimarães, os principais beneficiados por esta medida seriam os grupos agrário-exportadores, “que não eram favoráveis à instabilidade econômica gerada por políticas que beneficiassem aos interesses mercantis urbanos”. (Guimarães, 2002, p.305).

Se no plano financeiro a política econômica restritiva cooperava para o monopólio de importantes atividades econômicas, no partidário ela contrariava a opinião de uma parcela de liberais e conservadores, que de acordo com Silvana Mota Barbosa, “parecia ter sido o ingrediente que faltava para as mudanças partidárias do início dos anos 1860”. (Barbosa, 2009, p.296). A insatisfação com o ministério Ferraz levou deste modo ao fracionamento total do Partido Conservador – agora claramente dividido entre *puros* e *moderados* –, tencionado com o resultado das eleições que marcaram o retorno de lideranças liberais à Câmara, como Teófilo Ottoni, conhecido por seu radicalismo no período regencial.

Haja em vista a progressiva dificuldade de prosseguir na direção do país, assim como Abaeté, Ferraz pediu demissão antes da reunião do Parlamento. Assumiu em seu lugar o marquês de Caxias, que em conjunto com José Maria da Silva Paranhos, futuro visconde de Rio Branco, organizou o novo gabinete (2 de março de 1861).

O ministério, que demorou a se constituir integralmente, tentou aparentar comedimento e convidou às cadeiras apenas políticos conservadores, majoritariamente deputados. Além de seu presidente, que acumulava a pasta da Guerra, contava com os



O Partido Conservador E Os Gabinetes Financeiros Do Brasil Império (1857-1861) – Eduardo José Neves Santos

também conservadores *puros*: Saião Lobato, no Império e na Justiça, Paranhos na Fazenda e nos Negócios Estrangeiros e Joaquim José Inácio na Marinha e na Agricultura. Compuseram ainda, em nova organização, os *moderados*: Saraiva no Império e Sá e Albuquerque nos Estrangeiros, que protagonizaram a primeira baixa ao deixarem seus cargos em menos de três meses, logo substituídos por Souza Ramos e Taques.

Se o cenário era desfavorável com a perda de aliados na Câmara, os dirigentes do gabinete possuíam fôlego para o enfrentamento, conseguindo sobrevida até meados do ano seguinte. No entanto, com fileiras enfraquecidas, somado a inabilidade dos ministros em votação de uma “questão de confiança” em maio de 1862, as pretensões de Caxias e Paranhos foram a cabo pelas mãos de antigos correligionários.

Em um movimento político, figuras de importância no Partido Conservador como Nabuco de Araújo, no Senado, e Zacarias de Góes e Vasconcelos, na Câmara, tomaram o poder pela recém-formada Liga de *moderados* e liberais. Sob o lema do progressismo, fizeram oposição aos *puros* e com pequena margem os alijaram da administração do Estado. Como ressaltou Tito Franco de Almeida,

Graças a esta evolução, a grande maioria conservadora desaparecia da Câmara depois de uma sessão apenas; conseqüentemente o Gabinete de 2 de março, presidido pelo marquês de Caxias, caía em pedaços ao estampido das picaretas, que dirigiam os imperialistas! Estava dividida, inutilizada, vencida a Câmara conservadora de 1861-64, assim como antes o fora a liberal de 1857-60! (Almeida, 1867, p.152).

Considerações finais

Tendo em vista estas breves considerações, entendemos que nos ministérios constituídos sob a bandeira da Conciliação, pautados por uma série de projetos de ordem financeira, as discordâncias no interior do Partido Conservador se acentuaram, principalmente a partir do gabinete Olinda (4 de maio de 1857). Nosso argumento é que esta organização ministerial deu o primeiro indício de rupturas profundas na base de sustentação conservadora, asseverada nos ministérios subsequentes, especialmente pela falta de consenso sobre as “questões de dinheiro”. Desta maneira, parlamentares de matriz conservadora contrários a política econômica restritiva adotada se aliaram aos liberais e



O Partido Conservador E Os Gabinetes Financeiros Do Brasil Império (1857-1861) –

Eduardo José Neves Santos

constituíram uma Liga nacional, cujo lema era o progresso, afastando do poder os conservadores *puros*, que dominaram o cenário político da década de 1850.

REFERÊNCIA

Fontes

ALMEIDA, Tito Franco de. *O conselheiro Francisco Furtado: biographia e estudo de História política contemporânea pelo conselheiro Tito Franco de Almeida*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1867.

BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Deputados. Sessão de 19 de julho de 1858.

BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Deputados. Sessão de 8 de julho de 1859.

BRASIL. *Fallas do Throno desde o ano de 1823 até o anno de 1889 acompanhadas dos respectivos Votos de Graças da Camara Temporaria*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

JORNAL Diário do Rio de Janeiro (DRJ). 27 de novembro de 1858.

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império: Nabuco de Araújo: sua vida, suas opiniões, sua época*. v.2. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1899.

Referências Bibliográficas

AUBERT, Pedro Gustavo. *Entre as idéias e a ação: o visconde de Uruguai, o direito e a política na consolidação do Estado nacional (1850-1866)*. 2011. São Paulo: USP, 2011 (Dissertação de Mestrado em História da USP).

ESTEFANES, Bruno Fabris. *Conciliar o Império: Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil monárquico (1842-1856)*. São Paulo: USP, 2010 (Dissertação de Mestrado em História da USP).

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2012.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil Imperial: os casos da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Cia (1808-1840)*. São Paulo: Alameda, 2012.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *O Banco Mauá & Cia. (1854-1878): um Banco no Brasil do século XIX*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; MARANHÃO, Ricardo. História de



**O Partido Conservador E Os Gabinetes Financeiros Do Brasil Império (1857-1861) –
Eduardo José Neves Santos**

Empresas e Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Hucitec; Abphe; Edusp; Imprensa Oficial, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de história do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

IGLÉSIAS, Francisco. *Vida Política, 1848-1866*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico, Reações e Transações*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, t.2, v.5, 2004.

MARSON, Izabel Andrade. *"Poupar os submissos e debelar os soberbos": humilhar para "conciliar"*. In: MARSON, Izabel; NAXARA, Márcia. *Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras*. Uberlândia: Edufu, 2005.

MARSON, Izabel Andrade. *Movimento Praieiro: imprensa, ideologia e poder político*. São Paulo: Moderna, 1980.

MARSON, Izabel Andrade. *O Império do Progresso: a Revolução Praieira*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MOMESSO, Beatriz Piva. *Mauá: um empresário na sociedade escravista*. In: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *Os Donos do Capital: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

SOUZA, Silvia Cristina Martins de. *Crise! Crise! Crise! A quebra da Casa Souto nas letras de lundus compostos no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX*. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p.588-611, jul./dez., 2014.